

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBÉIS

NAIANE DA SILVEIRA MENEGON

**IMPLANTAÇÕES DE MELHORIAS DO PROCESSO PRODUTIVO PARA
FUTURAS EXIGÊNCIAS DO BLOCO K DO SPED ICMS/IPI.**

CRICIÚMA

2015

NAIANE DA SILVEIRA MENEGON

**IMPLANTAÇÕES DE MELHORIAS DO PROCESSO PRODUTIVO PARA
FUTURAS EXIGÊNCIAS DO BLOCO K DO SPED ICMS/IPI.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof. (ª) Esp. Roberta Martins

CRICIÚMA

2015

NAIANE DA SILVEIRA MENEGON

**IMPLANTAÇÕES DE MELHORIAS DO PROCESSO PRODUTIVO PARA
FUTURAS EXIGÊNCIAS DO BLOCO K DO SPED ICMS/IPI.**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Tributária.

Criciúma, 01 de Dezembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Roberta Martins - Especialista - Orientadora

Prof. Rafael Mello Furlanetto - Examinador

Dedico este trabalho a Deus, por sempre me abençoar, aos meus pais e meu namorado, pelo incentivo durante essa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter me dado força e coragem para enfrentar as dificuldades e por me acompanhar em todos os momentos, principalmente nos mais difíceis.

Aos meus pais, Enio e Icleia por todo o apoio e compreensão, por toda paciência nos meus momentos de stress, por sempre acreditarem em mim e não mediram esforços para me incentivarem nesta caminhada. Sem dúvidas, são minha razão de viver. Sem eles não teria chegado até aqui.

A minha irmã Naiara, que esteve sempre perto de mim torcendo pelo meu sucesso.

Minha enorme gratidão ao meu namorado André Felipe, que mesmo longe me compreendeu sempre, muitas vezes foi meu ponto de desabafo e mesmo assim, me apoiou nos momentos mais difíceis e, principalmente, me deu muito amor.

A minha colega de trabalho que se tornou uma amiga para vida Rosa Malena, que sempre me escutou, falando, chorando, cantando e me apoiando em todas as ideias e incentivando a seguir adiante

A minha amiga de todo sempre Daiana, que sempre esteve ao meu lado e no final este trabalho com toda sua generosidade me estendeu a mão.

A minha orientadora Professora Esp. Roberta Martins, pela dedicação desde o início, pelas diretrizes, atenção e conhecimento compartilhado.

A “família contábeis” pelo apoio e conhecimento compartilhado, e por estarmos juntos em todos os momentos ao longo deste período. Aos meus grandes amigos de sala, em especial Marina e Liana, que estiveram comigo nessa batalha desde o começo, obrigada por todos os momentos bons e difíceis, as risadas, as brigas, as conversas, festas, encontros, enfim, são tantas as recordações ao longo desses anos, que só tenho a agradecer.

A todos os meus amigos, que direta ou indiretamente, colaboraram na realização deste trabalho, minha gratidão à vocês é eterna e imensurável.

Agradeço a todos que fizeram parte da minha trajetória até o presente momento.

A todas as outras pessoas que não foram mencionadas nos agradecimentos, porém participaram da minha vida de alguma forma.

Muito obrigado!

“O progresso é impossível sem mudança; e aqueles que não conseguem mudar as suas mentes não conseguem mudar nada.”

George Bernard Shaw

RESUMO

MENEGON, Naiane da Silveira. **Implantações de melhorias do processo produtivo para futuras exigências do bloco K do SPED ICMS/IPI**. 2015. 55 f. Orientadora: Esp. Roberta Martins. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC.

A contabilidade está em constante evolução, e a mais nova delas consiste na implantação do Bloco K ao EFD ICMS/IPI. Essa nova exigência tem como objetivo principal escriturar o Controle de Produção e Estoque das empresas industriais e a elas equiparadas, possibilitando ao fisco, o cruzamento das informações prestadas neste bloco com os demais, como por exemplo, o Bloco H - Livro de Inventário. Para as empresas, a implantação do Bloco K visa mudanças e adequações relevantes e até mesmo de cultura na execução dos procedimentos, exigindo investimento em tecnologia e em treinamento para tal modernização. Diante disso, o presente trabalho tem o propósito de demonstrar como será essa nova obrigação acessória e sugerir a empresa, objeto de estudo, melhorias para a adequação ao Bloco K do SPED. Para realização deste, inicialmente utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica com base em livros e materiais virtuais da evolução da contabilidade, desde os primórdios até a era da escrituração digital. Posteriormente, serão realizadas sugestões para adequação da empresa a fim de atender as obrigações para o Bloco K do SPED.

Palavras-chave: Contabilidade, EFD ICMS/IPI, Bloco K.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Evolução do ensino da contabilidade no Brasil	20
Figura 2: Emissão e transmissão da NF-e	26
Figura 3: Fcont	31
Figura 4: Entes participantes E-Social	33
Figura 5: Fluxograma da Empresa	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Certificação Digital.....	28
Quadro 2: Registros Bloco K.....	36
Quadro 3: Registros do Bloco K detalhados.....	36
Quadro 4: Sugestões para empresa	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AMREC	Associação dos Municípios da Região Carbonífera
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CT-e	Conhecimento de Transporte Eletrônico
ECD	Escrituração Contábil Digital
EFD	Escrituração Fiscal Digital
ERP	Enterprise Resource Planning
FCONT	Controle Fiscal Contábil De Transição
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPI	Imposto sobre Produto Industrializado
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
NF-e	Nota Fiscal Eletrônica
NFS-e	Nota Fiscal de Serviços Eletrônica
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PMC	Prefeitura Municipal de Criciúma
RFB	Receita Federal do Brasil
SEFAZ	Secretaria da Fazenda
SPED	Sistema Público de Escrituração Digital

SUMÁRIO

SUMÁRIO	11
1 INTRODUÇÃO	13
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 Objetivo geral	14
1.2.2 Objetivos específicos	14
1.3 JUSTIFICATIVA	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.2 INÍCIO DA CONTABILIDADE.....	16
2.3 EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE.....	17
2.4 A CONTABILIDADE NO BRASIL	19
2.5 GLOBALIZAÇÃO E A CONTABILIDADE	21
2.6 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED	22
2.6.1 Objetivos do SPED	24
2.6.2 Benefícios	24
2.7 SUB-PROJETOS	25
2.7.1 Nota Fiscal eletrônica	25
2.7.2 Certificado digital	27
2.7.3 Central de balanços	28
2.7.4 Escrituração contábil digital - ECD	29
2.7.5 Escrituração fiscal digital - EFD Contribuições	29
2.7.6 Escrituração digital - FCONT	30
2.7.7 Escrituração contábil fiscal - ECF	32
2.7.8 Escrituração fiscal digital - EFD Social	33
2.7.9 Escrituração fiscal digital – EFD ICMS/IPI	34
2.7.9.1 Bloco K.....	34
2.7.9.2 Obrigatoriedade.....	35
2.7.9.3 Detalhamento do bloco K	36
2.7.9.4 Riscos.....	39
2.7.9.5 Impactos.....	40
3 ESTUDO DE CASO	41
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA.....	41
3.1.2 Processo de produção	42

3.1.2.1 Descrição do processo de produção	43
3.1.3 Controle de estoque.....	45
3.1.4 Sugestões à empresa.....	46
4 METODOLOGIA	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS.....	51
ANEXO(S).....	53
ANEXO A – FICHA TÉCNICA.....	54
ANEXO B – REQUISIÇÃO DE MATERIAL MATÉRIA PRIMA E ALMOXARIFADO	55

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo será definido o tema e problema da pesquisa, também serão apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa, bem como sua justificativa, a qual explica os motivos da escolha do tema deste estudo.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Na busca da eliminação dos procedimentos ilícitos das empresas, o Brasil que possui uma das maiores cargas tributaria do mundo, investe cada dia mais em sistemas que fiscalizam controlam a arrecadação. Com o avanço da contabilidade informatizada viu-se a necessidade de obter informações mais transparentes e em tempo real sobre a atividade das organizações.

Nesse contexto o Governo Federal criou um sistema integrado de informações, denominado de SPED - Sistema Público de Escrituração Digital, com o intuito de acompanhar a movimentação fiscal e contábil das organizações e promover a integração dos fiscos federal, estadual, Distrito Federal e dos Órgãos de Controle mediante padronização e compartilhamento das informações fiscais digitais.

A obrigatoriedade de gerar o SPED já se estende a grande parte das empresas brasileiras, e a implantação dessa obrigação acessória gerou grande transformação na gestão das empresas. Os impactos acontecem nos processos de controles internos e adequação a nova forma de trabalho requerida que se veem obrigadas a adaptarem seus sistemas de informação e suas rotinas fiscais e contábeis.

O SPED iniciou com três grandes projetos: Nota Fiscal Eletrônica, Escrituração Contábil Digital e Escrituração Fiscal Digital. Este último subdivide-se em EFD do ICMS/IPI e EFD Contribuições.

Sobre a EFD do ICMS/IPI, o contribuinte apresenta na forma digital via internet, os registros dos documentos fiscais da escrituração e os respectivos demonstrativos de apuração dos impostos IPI e ICMS, bem como outras informações de interesse econômico-fiscais.

A inclusão do Bloco K - Livro de controle da produção e estoque, no EFD ICMS/IPI previsto para entrar em vigor em Janeiro de 2016, para algumas organizações, obrigará os estabelecimentos industriais, os equiparados e os atacadistas a informarem, mensalmente seus estoques, o consumo de matéria-prima e insumos, as movimentações internas de produtos e a produção.

A nova obrigação deve aperfeiçoar a gestão dos estoques e da produção. Porém o novo bloco gera grande preocupação aos empresários, pois o nível das informações permitirá inferir detalhes desde a ficha técnica até os processos produtivos.

Para se adaptar ao bloco K, é fundamental entender os registros do bloco, que contempla o controle de todas as movimentações de estoque de produtos e mercadorias envolvidas nos processos, produtivos, incluindo perdas de processo, quebras por transporte, movimentações para terceiros, ajustes em inventário, compras, vendas e outras saídas de qualquer natureza.

Diante ao exposto, têm-se o seguinte questionamento: Quais os procedimentos que deverão ser adotados para melhorias no processo de produção e estoque com a abertura do Bloco K do SPED ICMS/IPI?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Sugerir melhorias para a implementação do novo controle de produção e estoque – Bloco K.

1.2.2 Objetivos específicos

- Descrever o processo de implantação do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED conceituando seus projetos, sistemas e ferramentas de fiscalização;
- Desenvolver um fluxograma do processo de produção;
- Destacar os conceitos relacionados ao Bloco K e seus registros;
- Sugerir mudanças de melhorias para futuras exigências do Bloco K do SPED ICMS/IPI.

1.3 JUSTIFICATIVA

O SPED é uma das medidas do Governo Federal, a fim de fiscalizar e deixar mais transparente as informações a ele prestadas. Este projeto é composto por subprojetos como, Escrituração Contábil Digital - ECD, Escrituração Digital – FCONT, Escrituração Contábil Fiscal, Escrituração Digital - EFD Social, Escrituração Fiscal Digital – EFD ICMS/IPI, este ultimo com um novo bloco, a fim de substituir o controle de produção e estoque manual para digital, chamado de Bloco K.

Diante o exposto, a presente pesquisa tem sua importância justificada ao procurar informações a respeito dos principais impactos para as empresas que essa nova obrigação irá trazer.

Como o Bloco K do SPED é um projeto novo criado a pouco, o que dificulta é o material bibliográfico do assunto, maior dificuldade ainda esta ligada a complicação do processo produtivo de cada empresa, e muito da mudança de cultura das organizações.

A empresa selecionada é uma indústria cerâmica da região carbonífera, tributada pelo Lucro Real, que terá a vir se adaptar ao Bloco K.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No presente capítulo será abordado, fundamentado e conceituado o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, dando uma introdução aos principais projetos com ênfase ao EFD ICMS/IPI. Posteriormente, com esclarecer o novo controle da produção e estoque, bloco K e seus impactos nas empresas.

2.1 A CONTABILIDADE

A contabilidade é considerada uma ciência e tem como objetivo o controle do Patrimônio, tal controle é feito por informações provenientes de fatos que o alteram e utiliza métodos quantitativos como principal ferramenta.

Padoveze (2004) define a contabilidade como o sistema de informação que controla o patrimônio de uma entidade.

Conforme Ludícibus (2010) em certas organizações pequenas poderão faltar o economista, o engenheiro, ou o técnico de administração, mas certamente não faltara o técnico em contabilidade.

Com isso pode-se dizer que a contabilidade é um dos setores mais importantes de uma organização, destacando-se cada vez mais no mercado.

2.2 INÍCIO DA CONTABILIDADE

A contabilidade é tão antiga quanto o início das civilizações. Ali começaram as primeiras manifestações da necessidade de contagem e proteção a posse de seus bens.

Sá (2002) afirma que antes que o homem soubesse escrever e antes que soubesse calcular, criou ele a mais primitiva forma de inscrição, que foi a artística, da qual se valeu para, também evidenciar seus feitos e o que havia conseguido para seu uso.

Sá (2002) ainda diz que com o uso de sua arte, o homem primitivo passou a evidenciar a riqueza patrimonial que detinha.

Segundo Ludícibus e Marion (2000), a quatro mil anos a.C. o homem já executava a Contabilidade da forma mais rudimentar possível, por exemplo um homem no inverno rigoroso, guardando seu rebanho na neve, em sua caverna,

questionando-se quanto seu rebanho cresceu desde a ultima vez em que esteve recolhido na mesma caverna. Tratava-se de um mero inventario físico, sem avaliação monetária, mas então já estava presente a contabilidade.

Segundo Ludícibus e Marion (2000, p. 33)

Ainda que a Contabilidade, como já vimos, existisse desde o principio da civilização, nota-se um desenvolvimento muito lento ao longo dos séculos. Somente em torno do século XV (com a presença relevante no século XIII), isto é, praticamente após 5.500 anos (partindo-se da hipótese de que ela existe desde 4.000 a.C.) é que a Contabilidade atinge um nível de desenvolvimento notório, sendo chamada de fase lógica-racional ou até mesmo a fase pré-científica da Contabilidade.

Entretanto é em 1494 que surge a primeira literatura contábil, o Frei Luca Pacioli consolida o método das partidas dobradas, que é utilizado até hoje e mais conhecido como débito e crédito.

Ludícibus (2010) conta que foi a partir desse fato que inicia um largo período de domínio da Escola Italiana e europeia de Contabilidade.

2.3 EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE

A evolução histórica da contabilidade está relacionada com o desenvolvimento econômico e social das sociedades. Pode se dizer que seja assim até hoje.

Ludícibus (2006), afirma que o grau de desenvolvimento das teorias contábeis e de suas práticas esta diretamente associada muitas vezes, ao grau de desenvolvimento comercial, social, e institucional das sociedades, cidades e nações.

Não existe ao certo, um período em que os progressos da contabilidade se dissociam. Entretanto, conforme Ludícibus (2006), após o surgimento inicial do método contábil, na Itália, provavelmente no século XIII ou XIV, de sua divulgação no século XV, a disseminação da escola italiana por toda Europa, surge no período que muitos dominam de científico.

Os italianos e alemães fizeram da Contabilidade uma roupagem um tanto quanto notável. Porém, Ludícibus (2006) cita os principais defeitos da escola europeia:

(1) Na relativa falta de pesquisa indutiva sobre a qual efetuar generalizações mais eficazes; (2) em se preocupa demasiadamente com a

demonstração de que a Contabilidade é ciência, quando o mais importante é conhecer bem as necessidades informativas dos vários usuários da informação contábil e construir um modelo ou sistema contábil de informação adequado; (3) na excessiva ênfase na teoria das contas, isto é, no uso exagerado das partidas dobradas, inviabilizando, em alguns casos a flexibilidade, necessária, principalmente, na Contabilidade Gerencia; (4) na falta de aplicação de muitas teorias expostas; (5) na queda de nível de algumas das principais faculdades superpovoadas de alunos, com professores mal remunerados, dando expansão mais á imaginação do que á pesquisa séria de campo e de grupo.

Por esses fatores desfavoráveis, Ludícibus (2006) menciona que em 1920, foi acentuado com a ascensão econômica e cultural do colosso norte-americano. Mas foi com o surgimento das gigantescas Corporation, aliado ao formidável desenvolvimento do mercado de capitais e ao extraordinário ritmo de desenvolvimento que o país experimentou, constitui um campo fértil para o avanço das teorias e práticas contábeis.

Com a decadência da escola europeia, no início do século XX e o significativo crescimento da economia americana, e a influencia dos americanos na economia dos demais países, a escola norte-americana ganhou sua ascensão no mundo contábil.

Ludícibus e Marion (2000, pg 36) relatam alguns motivos para a ascensão da chamada Escola Norte-americanas no mundo contábil:

Ênfase ao Usuário da Informação Contábil: a Contabilidade é apresentada como algo útil para a tomada de decisões, evitando-se endear demais a contabilidade; atender os usuário é o grande objetivo.
Ênfase á contabilidade aplicada: principalmente á contabilidade gerencial. Ao contrario dos europeus, não havia uma preocupação com teoria das contas, ou querer provar que a contabilidade é uma ciência.
Bastante importância á auditoria: como herança dos ingleses e transparência para os investidores das Sociedades Anônimas (e outros usuários) nos relatórios contábeis, a auditoria é muito enfatizada.
Universidade em busca de qualidade: grandes quantias para as pesquisas no campo contábil, o professor em dedicação exclusiva, o aluno em período integral valorizavam o ensino nos Estados Unidos.

Ludícibus (2010), conclui que considerando o progresso já alcançado, as enormes quantias ainda investidas na pesquisa contábil e a posição de potência econômica mundial que ainda sustenta dificilmente a escola norte-americana de continuar a produzir notáveis progressos na disciplina.

Com isso, nota-se que a escola norte-americana foi diferenciada pela capacidade de amadurecimento da profissão contábil e contribuiu consideravelmente para a contabilidade gerencial.

2.4 A CONTABILIDADE NO BRASIL

Segundo Peleias (2007), o início do ensino comercial e de Contabilidade no Brasil foram lançadas no século XIX, com a vinda da Família Real Portuguesa, em 1808. Até então, a atividade comercial brasileira resumia-se à venda dos bens produzidos ao mercado internacional.

Lizote e Mariot (2012) comentam que a contabilidade no Brasil deu início a partir da época colonial que pela evolução da sociedade e das alfândegas que surgiram no ano de 1530, com influência portuguesa.

Os mesmos autores ainda mencionam que foi só em 1808, com a chegada da família real do reinado de João I, que ocorreu um desenvolvimento socioeconômico na colônia. Nesse período foram criados os portos, onde se passou a comercializar diversos produtos e fundado o Banco do Brasil e, conseqüentemente, iniciou-se a emissão do papel moeda.

Iudícibus (2010), afirma que a contabilidade no Brasil evoluiu sob influencia da escola italiana, não sem aparecerem traços de uma escola verdadeiramente brasileira, até que algumas firmas de auditoria de origem anglo-americana, certos cursos de treinamento em Contabilidade e Finanças oferecidas por grandes empresas, e a Faculdade de Economia e Administração, em seu curso básico de Contabilidade Geral, acabassem exercendo forte influencia, revertendo a tendência.

Conforme Lizote e Mariot (2012) perante o crescimento dos negócios e dos órgãos públicos surgiu à necessidade de um profissional de contabilidade, e as escriturações das contas só poderiam ser feitas pelas pessoas que estudassem aula de comércio.

Segundo Iudícibus (2010) provavelmente a primeira escola especializada no ensino da Contabilidade foi a Escola de Comércio Álvares Penteado, criada em 1902, formando profissionais com excelência no ensino.

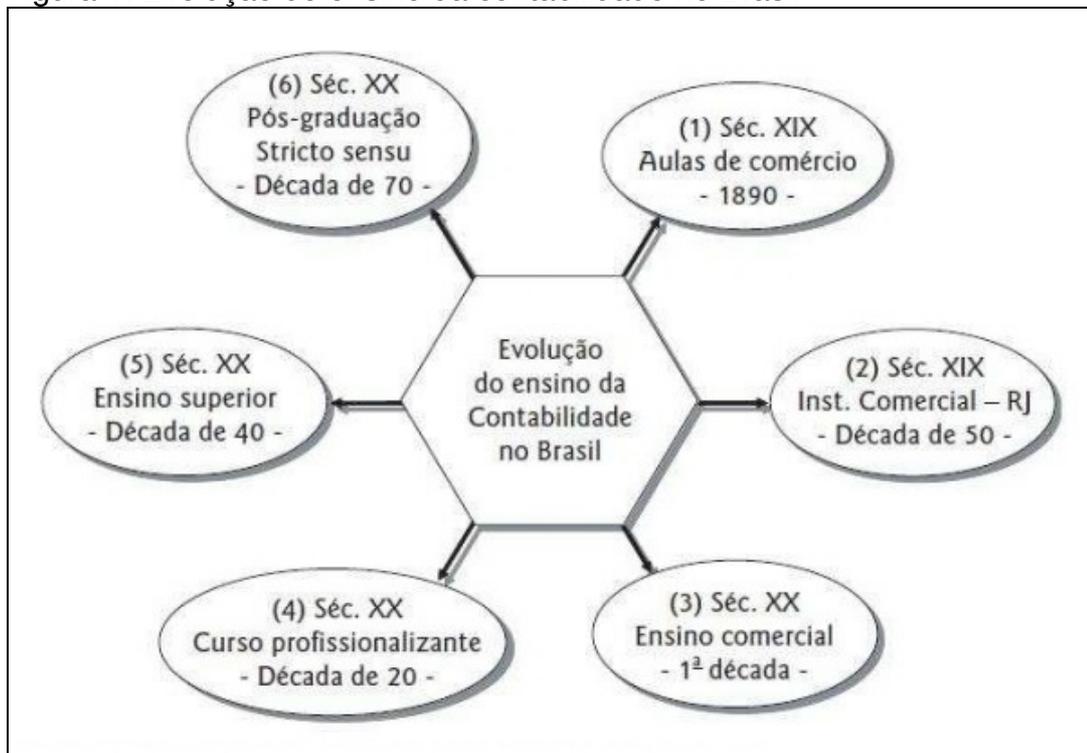
De acordo com Lizote e Mariot foi pelo Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, é que foram criados os Conselhos Federais e Regionais de Contabilidade, com obrigação de fiscalizar e regular a profissão contábil. Foi definido o perfil do contabilista, que daquele momento, contadores seriam graduados em cursos de universidade de Ciências Contábeis; técnicos em contabilidade eram de níveis médios; e os guarda-livros não tinham escolaridade formal.

Os referidos autores citam que em 1981, o Conselho Federal de Contabilidade estabeleceu as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), dividindo-as em normas Brasileiras de Contabilidade – Técnicas (NBC–T) e Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais (NBC–P), quando também foram criados os princípios contábeis.

Diante dos fatos mencionados em relação à evolução da contabilidade, pode-se observar que ocorreram mudanças relacionadas a esta área, desde a criação das aulas de comércio até a criação do Conselho Federal de Contabilidade.

Para um melhor entendimento apresenta-se na sequência uma figura, que demonstra os principais fatos ocorridos no ensino superior em contabilidade no Brasil.

Figura 1: Evolução do ensino da contabilidade no Brasil



Fonte: Rosella et al (2006)

Pode-se destacar que foram três alterações de maior abrangência desde 1945 até os dias atuais, em relação ao ensino superior de contabilidade: o Decreto Lei nº 7.988, de 22/09/1945, que criou o curso e instituiu o currículo; a Resolução de 08/02/1963, que propôs alterações no currículo mínimo para os cursos de Ciências Contábeis; e a Resolução nº 3, de 03/10/1992, que definiu a duração e conteúdos mínimos para os cursos de graduação em Ciências Contábeis. (LAFFIN, 2005).

2.5 GLOBALIZAÇÃO E A CONTABILIDADE

Segundo Guerra (2013), a Contabilidade Brasileira nos últimos anos vem sendo palco de grandes e constantes processos de mudanças em seu escopo, sua aplicação e campo de atuação.

O mesmo autor menciona que a crescente demanda ocorrida nos mercados internacionais tem exigido adaptação dos demais países para que haja maior transparência na divulgação dos demonstrativos contábeis das entidades.

Segundo Guerra, neste processo de um novo mundo globalizado, há pressões constantes do mercado quanto à disponibilização de ferramentas confiáveis e padronizadas das informações geradas para diversos tipos de usuários.

De acordo com Crepaldi (2013) as entidades utilizam as informações para comunicar as atividades em uma parte da organização aos responsáveis pelas decisões em outra parte. O tipo de informação comunicada provoca ações que determinam o desempenho da empresa.

O mesmo autor expressa que construir uma nova base de informações para dar suporte à excelência competitiva global não é uma tarefa fácil ou rápida.

Segundo Crepaldi (2013), o custo de gerar a informação é uma restrição sempre presente na entidade no processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro.

Crepaldi (2013) completa que existem vários tipos de custos e benefícios a considerar. Há um descompasso entre as exigências contábeis e a Receita Federal do Brasil o que faz com que o trabalho do contador tenha um custo mais elevado para pequenas e medias empresas e acabam postergando os ajustes a serem feitos.

Com as mudanças trazidas pelo desenvolvimento tecnológico, o Governo Federal, sentiu a necessidade de aprimoramento de suas ferramentas de fiscalização. Lizote e Mariot afirmam que o Governo unificou seus bancos de dados para compartilhamento das informações entre os poderes públicos de todas as esferas, apoiado na Emenda Constitucional nº 42/2003, que introduziu o inciso XXII ao art. 37 da Constituição Federal, determinando que as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios atuem de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais.

Os autores citados acima apontam que com essa alteração na constituição, o fisco criou o embasamento legal necessário e a prova de qualquer contestação por parte das empresas para fundamentar a troca de informações que deu a origem aos trabalhos do SPED e seus subprojetos.

2.6 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED

Conforme a Emenda Constitucional nº 42, aprovada em 19 de dezembro de 2003, introduziu o inciso XXII ao art.37 da Constituição Federal, que determina às Administrações Tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios atuarem de forma integrada, no compartilhamento de cadastros e de informações fiscais.

Em julho de 2004 em Salvador foi realizado o I ENAT – Encontro Nacional de Administradores Tributários, reunindo o Secretário da Receita federal os secretários da fazenda dos Estados e do Distrito federal e o representante das Secretarias das finanças dos municípios das Capitais.

Este Encontro teve como objetivo buscar soluções conjuntas nas três esferas de Governo que promovessem maior integração administrativa, padronização e melhor qualidade das informações; racionalização de custos e da carga de trabalho operacional no atendimento; maior eficácia da fiscalização; maior possibilidade de realização de ações fiscais coordenadas e integradas; maior possibilidade de intercâmbio de informações fiscais entre as diversas esferas governamentais; cruzamento de informações em larga escala com dados padronizados e uniformização de procedimentos.

Em consideração a esses requisitos, foram aprovados dois Protocolos de Cooperação Técnica, um objetivando a construção de um cadastro sincronizado que atendesse aos interesses das Administrações Tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e, outro, de caráter geral, que viabilizasse o desenvolvimento de métodos e instrumentos que atendessem aos interesses dos respectivos Entes Públicos.

Em agosto de 2005, no evento do II ENAT - Encontro Nacional de Administradores Tributários, em São Paulo, buscando dar efetividade aos trabalhos de intercâmbio entre os mesmos, assinaram os Protocolos de Cooperação nº 02 e nº 03, com o objetivo de desenvolver e implantar o Sistema Público de Escrituração Digital e a Nota Fiscal Eletrônica.

O SPED, no âmbito da Receita Federal, faz parte do Projeto de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira (PMATA) que consiste na implantação de novos processos apoiados por sistemas de informação integrados, tecnologia da informação e infraestrutura logística adequada.

Instituído pelo Decreto nº 6.022 de 22 de Janeiro de 2007 o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010). O SPED chega para alterar a forma de cumprimento das obrigações acessórias realizadas pelos contribuintes, com a substituição da emissão dos livros fiscais, livros contábeis e as notas fiscais em documentos eletrônicos validando sua personalidade jurídica através de assinatura digital do responsável através do certificado digital.

De acordo com o Art. 2º do Decreto 6.022:

O Sped é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

O SPED veio para facilitar o cumprimento das obrigações tributárias e o pagamento de impostos e contribuições, além de fortalecer o controle e a fiscalização entre as administrações tributárias.

2.6.1 Objetivos do SPED

O SPED tem como principal objetivo a modernização dos processamentos de dados dos contribuintes entre as administrações públicas. A RFB (2011) dispõe sobre os objetivos do SPED, quais sejam:

Promover a integração dos fiscos, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas às restrições legais.

Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, com o estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores.

Tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

Tendo exposto os objetivos do SPED, é possível perceber que apesar de hoje ainda houver diversas obrigações acessórias para cumprir, o intuito é de reduzir a vasta quantidade a serem transmitidas.

2.6.2 Benefícios

Diante os objetivos, busca-se reduzir os custos com o armazenamento de documentos e também minimizar os encargos com o cumprimento das obrigações acessórias. A RFB ainda cita os benefícios para o fisco na implantação do SPED:

- Redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel;
- Eliminação do papel;
- Redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias;
- Uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas;
- Redução do envolvimento involuntário em práticas fraudulentas;
- Redução do tempo despendido com a presença de auditores fiscais nas instalações do contribuinte;
- Simplificação e agilização dos procedimentos sujeitos ao controle da administração tributária (comércio exterior, regimes especiais e trânsito entre unidades da federação);
- Fortalecimento do controle e da fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias;
- Rapidez no acesso às informações;

- Aumento da produtividade do auditor através da eliminação dos passos para coleta dos arquivos;
- Possibilidade de troca de informações entre os próprios contribuintes a partir de um leiaute padrão;
- Redução de custos administrativos;
- Melhoria da qualidade da informação;
- Possibilidade de cruzamento entre os dados contábeis e os fiscais;
- Disponibilidade de cópias autênticas e válidas da escrituração para usos distintos e concomitantes;
- Redução do “Custo Brasil”;
- Aperfeiçoamento do combate à sonegação;
- Preservação do meio ambiente pela redução do consumo de papel.

Como explicito, além dos benefícios acima citados, o SPED irá garantir a integridade das informações e será possível eliminar o trabalho de digitação de notas fiscais, reduzindo os custos de pessoal.

2.7 SUB-PROJETOS

Iniciou-se com três grandes projetos: Escrituração Contábil Digital, Escrituração Fiscal Digital e a NF-e - Ambiente Nacional. Atualmente além dos três acima mencionados, está com CT-e, Fcont (extinto), NFs-e, EFD-Contribuições, ECF (e-Lalur), em fase de construção E-Financeira, EFD Reinf, EFD-Social e em estudos a Central de Balanços.

Conforme a Receita Federal do Brasil (2015) os projetos consistem na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital. (RFB, 2015)

2.7.1 Nota Fiscal eletrônica

Conforme Muller, Pilar e Kido (2008) a nota fiscal eletrônica, o projeto NF-e veio com o objetivo de implantar um modelo nacional de documento fiscal eletrônico para substituir a emissão do documento fiscal de papel, acompanhando assim em tempo real das operações comerciais do fisco.

Tais documentos eletrônicos possuem a mesma validade de notas fiscais convencionais, pelo fato de serem assinados pelos seus emissores com Certificados Digitais (RFB, 2015).

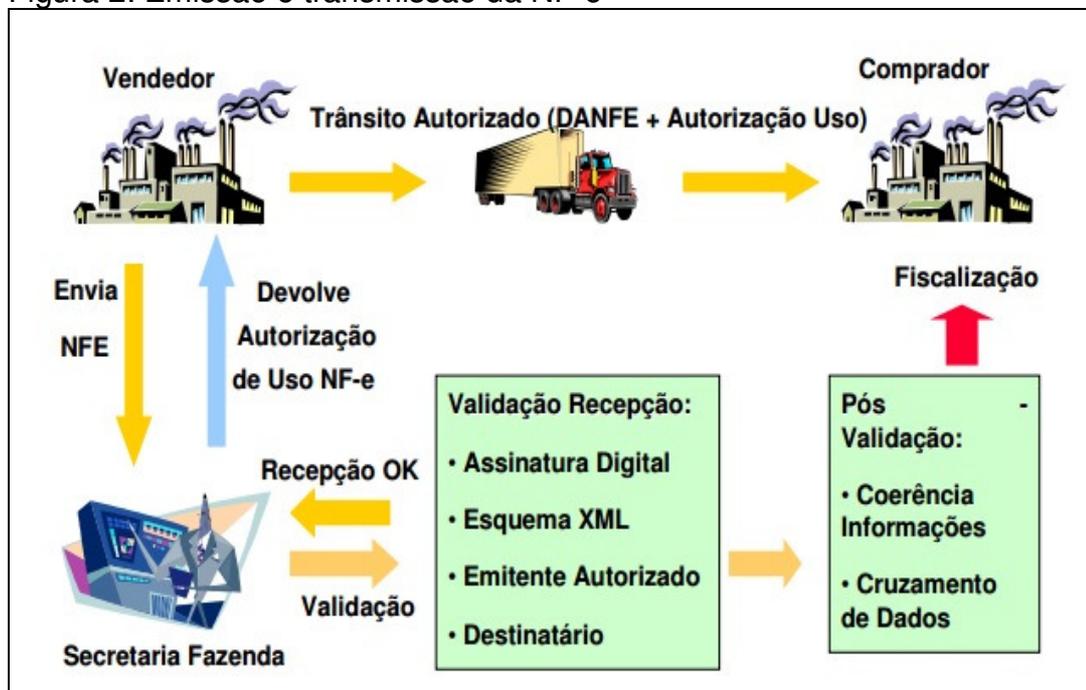
Muller, Pilar e Kido (2008) ainda comentam que esse projeto é justificado pela necessidade de investimento público voltado para redução da burocracia do comércio e dos entraves administrativos enfrentados pelos empresários do país.

A partir de 1º de abril de 2007, iniciou-se a obrigatoriedade da emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) para as empresas que atuam nos setores de fabricação e distribuição de cigarros, produção, formulação e distribuição de combustíveis líquidos em todo o país (RFB, 2015).

A exigência consta do Protocolo ICMS 10/07 que foi firmado por todas as 27 Secretarias de Fazenda dos estados e do Distrito Federal, possuindo amplitude nacional. Para os outros setores da economia essa obrigação estendeu-se, em setembro de 2008 (RFB, 2015).

A figura 2 – Mostra o funcionamento da emissão e transmissão da NF-e.

Figura 2: Emissão e transmissão da NF-e



Fonte: Projeto Conceitual da Nota Fiscal Eletrônica – SRF/ENCAT

2.7.2 Certificado digital

O Certificado Digital é uma assinatura com validade jurídica que garante proteção às transações eletrônicas e outros serviços via internet, permitindo que pessoas e empresas se identifiquem e assinem digitalmente de qualquer lugar do mundo com mais segurança e agilidade (SERASA, 2015).

Segundo a Instrução Normativa RFB nº 1.077, de 29 de outubro de 2010:

Art. 3º O processo de certificação digital a que se refere o § 1º do art. 1º fundamentar-se-á nos seguintes conceitos:

I - documento eletrônico: aquele cujas informações são armazenadas exclusivamente em meios eletrônicos;

II - certificados digitais e-CPF e e-CNPJ: documentos eletrônicos de identidade emitidos por Autoridade Certificadora credenciada pela Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil (AC-Raiz) e habilitada pela Autoridade Certificadora da Secretaria da Receita Federal do Brasil (AC-RFB), que certificam a autenticidade dos emissores e destinatários dos documentos e dados que trafegam em uma rede de comunicação, bem como assegura sua privacidade e inviolabilidade;

III - assinatura digital: processo eletrônico de assinatura, baseado em sistema criptográfico assimétrico, que permite ao usuário usar sua chave privada para declarar a autoria de documento eletrônico a ser entregue à RFB, garantindo a integridade de seu conteúdo;

IV - Autoridade Certificadora da Secretaria da Receita Federal do Brasil (AC-RFB): entidade integrante da ICP-Brasil em nível imediatamente subsequente à AC-Raiz, responsável pela assinatura dos certificados das Autoridades Certificadoras Habilitadas;

V - Autoridade Certificadora Habilitada: entidade integrante da ICP-Brasil em nível imediatamente subsequente ao da AC-RFB, habilitada pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (Cotec), em nome da RFB, responsável pela emissão e administração dos certificados digitais e-CPF e e-CNPJ;

VI - Autoridade de Registro da Secretaria da Receita Federal do Brasil (AR-RFB): entidade operacionalmente vinculada à AC-RFB, responsável pela confirmação da identidade dos solicitantes de credenciamento e habilitação como Autoridades Certificadoras integrantes da ICP-Brasil, em nível imediatamente subsequente ao da AC-RFB;

VII - Autoridades de Registro: entidades operacionalmente vinculadas a uma Autoridade Certificadora Habilitada, responsável pela confirmação da identidade dos solicitantes dos certificados e-CPF e e-CNPJ;

VIII - usuário: pessoa física ou jurídica, titular de certificado digital e-CPF ou e-CNPJ, respectivamente, bem como de qualquer outro certificado digital emitido por Autoridade Certificadora não-habilitada pela RFB e credenciada pela ICP-Brasil.

Existem diferentes tipos de certificados. Porém os certificados digitais utilizados para assinatura digital do SPED, emitido pelas Autoridades Certificadoras (AC), credenciadas pela ICP-Brasil, pode ser do tipo A1 e A3. (SERASA, 2015).

A respeito dos certificados A1 e A3, a funcionalidade e o padrão do certificado digital são idênticos, a principal diferença é a mídia de armazenamento.

Citado no site do SERASA, no certificado digital tipo A3, a chave privada é armazenada em dispositivo portátil inviolável do tipo smart card ou token, que possuem um chip com capacidade de realizar a assinatura digital. Este tipo de dispositivo é bastante seguro, pois toda operação é realizado pelo chip existente no dispositivo, sem qualquer acesso externo à chave privada do certificado digital.

No certificado digital tipo A1, a chave privada é armazenada no disco rígido do computador, que também é utilizado para realizar a assinatura digital. (SERASA)

Quadro 1: Certificação Digital

e-CPF	e-CNPJ	NF-e
É a sua identidade digital que permite realizar operações na internet com a mesma validade do CPF físico.	É o certificado vinculado a empresas, emitido para o representante legal da empresa.	Certificado para a emissão e armazenamento de notas fiscais eletrônicas.

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

2.7.3 Central de balanços

Conforme Receita Federal do Brasil a Central de Balanços é um projeto integrante do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que tem o objetivo reunir demonstrativos contábeis e uma série de informações econômico-financeiras públicas das empresas.

As informações coletadas serão mantidas em um repositório e publicadas em diversos níveis de agregação. Tais dados serão utilizados para geração de estatísticas, análises nacionais e internacionais (por setor econômico, forma jurídica e porte das empresas), análises de risco creditício e estudos econômicos, contábeis e financeiros, dentre outros usos. (RFB 2015).

Segundo RFB (2015) a central de balanços tem como objetivo a captação de dados contábeis e financeiros (notadamente as demonstrações contábeis), a agregação desses dados e a disponibilização à sociedade, em meio magnético, dos dados originais e agregados. Este projeto consta ainda em fase de testes pela Receita Federal do Brasil

2.7.4 Escrituração contábil digital - ECD

Seguindo o ideal do projeto SPED, a escrituração Contábil, visa basicamente obter informações fiscais e previdenciárias por meio digital. A Instrução Normativa nº 787 de novembro de 2007 no seu 2º artigo determina os livros que fazem parte do arquivo:

- I - livro Diário e seus auxiliares, se houver;
- II - livro Razão e seus auxiliares, se houver;
- III - livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

Quanto a obrigatoriedade, somente o pequeno empresário esta dispensado, com exceção deste, todas as sociedades empresárias estão obrigados a manter sistema de escrituração contábil. Como explica o Art. 3º da Instrução Normativa 787/2007:

- I - em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2008, as sociedades empresárias sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado, nos termos da Portaria RFB nº 11.211, de 7 de novembro de 2007, e sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real; (Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 926, de 11 de março de 2009)
- II - em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2009, as demais sociedades empresárias sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real. (Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 926, de 11 de março de 2009).

Como consta na IN 787/2007, o arquivo digital fica condicionado a autenticação mediante certificado digital credenciado pela ICP-Brasil, emitido em nome do órgão ou entidade. E o prazo para entrega é até o ultimo dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano calendário que se refira a escrituração.

2.7.5 Escrituração fiscal digital - EFD Contribuições

A Instrução Normativa nº 1052 de Julho de 2010, institui a Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

A princípio este projeto seria utilizado pelas pessoas jurídicas do direito privado nos regimes de apuração não cumulativos e/ou cumulativo. Com o advento da Lei nº 12.546/2011, artigos 7º e 8º, a EFD-Contribuições passou a contemplar também a escrituração digital da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, incidente nos setores de serviços e indústrias, no auferir de receitas referentes aos serviços e produtos nela relacionados.

Conforme o Art. 4º da Instrução Normativa 1252/2012 ficam obrigados a adotar o EFD/PIS-Cofins:

I - em relação à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins, referentes aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2012, as pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Real;

II - em relação à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins, referentes aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de julho de 2012, as demais pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Presumido ou Arbitrado;

III - em relação à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins, referentes aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2013, as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º, 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, e na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983;

IV - em relação à Contribuição Previdenciária sobre a Receita, referente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de março de 2012, as pessoas jurídicas que desenvolvam as atividades relacionadas nos arts. 7º e 8º da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011, convertida na Lei nº 12.546, de 2011;

V - em relação à Contribuição Previdenciária sobre a Receita, referente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2012, as pessoas jurídicas que desenvolvam as atividades relacionadas nos §§ 3º e 4º do art. 7º e nos incisos III a V do caput do art. 8º da Lei nº 12.546, de 2011.

A EFD Contribuições deve ser entregue mensalmente, devidamente autenticado mediante certificação digital credenciado pela ICP-Brasil, devendo ser transmitido o arquivo após a sua validação e assinatura digital, até o 10º (décimo) dia útil do segundo mês subsequente ao de referência da escrituração.

2.7.6 Escrituração digital - FCONT

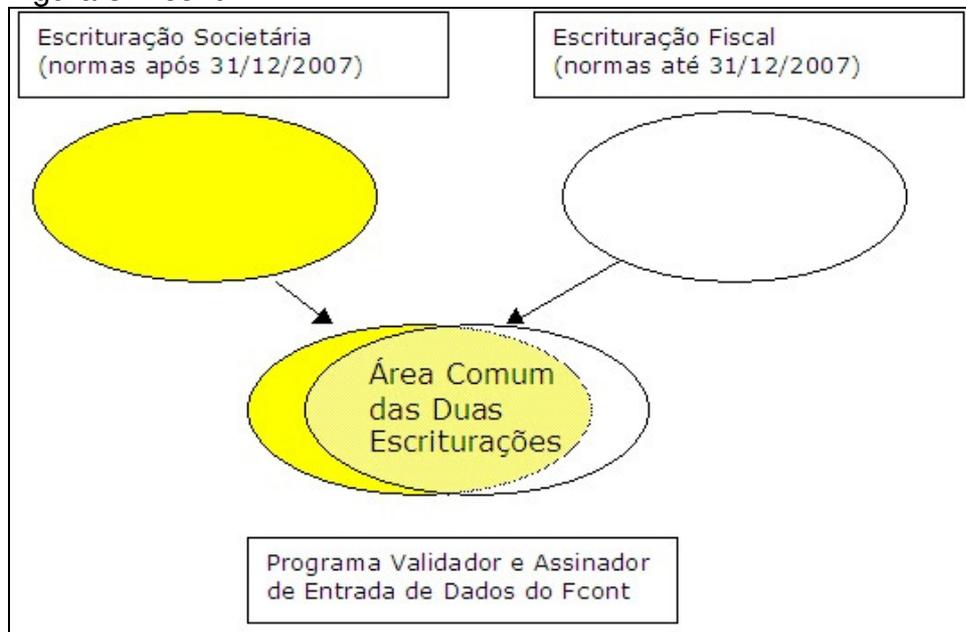
Conforme disciplina a Instrução Normativa RFB nº 949/09, o FCONT é uma escrituração, das contas patrimoniais e de resultado, em partidas dobradas, que considera os métodos e critérios contábeis aplicados pela legislação tributária.

O FCONT destina-se obrigatoriamente e exclusivamente às pessoas jurídicas sujeitas cumulativamente ao lucro real e ao Regime Tributário de Transição

- RTT. Como cita a Receita Federal, o programa Validador e Assinador da entrada de dados do FCont devem ser informados os lançamentos que:

- Efetuados na escrituração comercial, não devam ser considerados para fins de apuração do resultado com base na legislação vigente em 31.12.2007. Ou seja, os lançamentos que existem na escrituração comercial, mas que devem ser expurgados para remover os reflexos das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pelos arts. 37 e 38 da Lei nº 11.941, de 2009, que modifiquem o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na escrituração contábil, para apuração do lucro líquido do exercício definido no art. 191 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- não efetuados na escrituração comercial, mas que devam ser incluídos para fins de apuração do resultado com base na legislação vigente em 31.12.2007.

Figura 3: Fcont



Fonte: <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/fcont/o-que-e.htm>

Segundo Mauro Negrini (2014), a partir da competência fiscal de 2015, foi decretado o fim do RTT, porém, o critério da sociedade empresaria poderá ser antecipado, conforme Medida Provisória 627/13, convertida em lei 12.973/14.

Com o fim do RTT e para quem optou pelo fim antecipado em 2014 não será mais necessário entregar o FCONT (Controle Fiscal Contábil de Transição) está dispensado da entrega do FCONT, tal opção deveria ser feita na DCTF de Agosto de 2014.

2.7.7 Escrituração contábil fiscal - ECF

Foi instituído em 2009, através da publicação da Instrução Normativa RFB nº 989/09 e-Lalur (Livro Eletrônico de Escrituração e Apuração do IRPJ e CSLL sobre o Lucro Líquido da Pessoa Jurídica Tributada pelo Lucro Real). Com o objetivo de diminuir redundância de informações existentes na escrituração contábil, no Livro de Apuração do Lucro Real - Lalur e na Declaração Imposto de Renda Pessoa Jurídica - DIPJ. Posteriormente esta Instrução Normativa foi revogada pela Instrução Normativa 1.353/2013, que instituiu EFD-IRPJ, que também foi revogado pela Instrução Normativa 1.422/2013, alterando o nome de EFD-IRPJ para Escrituração Contábil Fiscal.

A Escrituração Contábil Fiscal (ECF) substitui a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), a partir do ano-calendário 2014, com entrega prevista para o último dia útil do mês de Setembro de 2015 no ambiente do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

A partir do ano-calendário de 2014, todas as pessoas jurídicas, inclusive as equiparadas, deverão apresentar a Escrituração Contábil Fiscal (ECF) de forma centralizada pela matriz. Conforme o Art. 1º, § 2º, a obrigatoriedade esta dispensados para:

- I - às pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- II - aos órgãos públicos, às autarquias e às fundações públicas; (Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1524, de 08 de dezembro de 2014)
- III - às pessoas jurídicas inativas de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.306, de 27 de dezembro de 2012; e (Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1524, de 08 de dezembro de 2014)
- IV - às pessoas jurídicas imunes e isentas que, em relação aos fatos ocorridos no ano-calendário, não tenham sido obrigadas à apresentação da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições), nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012. (Incluído(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1524, de 08 de dezembro de 2014)

A ECF deverá ser assinada digitalmente mediante utilização de certificado digital válido. São obrigatórias duas assinaturas: uma do contabilista e uma pela

pessoa jurídica. Para a assinatura do contabilista só podem ser utilizados certificados digitais de pessoa física (e-PF ou e-CPF). (Sitio do SPED)

2.7.8 Escrituração fiscal digital - EFD Social

De acordo com o portal o eSocial, esse sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, é um projeto do Governo Federal que vai unificar a prestação de informações pelo empregador em relação aos seus empregados (como cadastramento, vínculos, contribuições previdenciárias e folha de pagamento, entre outros), gerido pela CAIXA, INSS, Ministério da Previdência Social, Ministério do Trabalho e Emprego e Receita Federal do Brasil.

Figura 4: Entes participantes E-Social



Fonte: http://www.esocial.gov.br/doc/MOS_V_1_1_Publicacao.pdf

Ainda conforme o Portal do eSocial desde Outubro de 2015, está disponível a ferramenta que possibilita o recolhimento unificado dos tributos e do FGTS para os empregadores domésticos o chamado Módulo Empregador Doméstico. O eSocial para o empregador doméstico é uma solução web para prestação de informação simplificada e online. A obrigatoriedade de uso do eSocial observa o previsto na Lei Complementar 150/2015.

2.7.9 Escrituração fiscal digital – EFD ICMS/IPI

A Escrituração Fiscal Digital - EFD é um arquivo digital, que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como de registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte. (RFB, 2015). Instituído pelo Convênio ICMS nº 143/2006 estabeleceu a Escrituração Fiscal Digital (EFD).

A obrigatoriedade é para os contribuintes do ICMS e/ou IPI podendo a unidade federada do contribuinte dispensa-lo dessa obrigatoriedade. “A escrituração substitui a escrituração e impressão dos livros Registro de entradas, de Saídas, de Inventário, Apuração do IPI e Apuração do ICMS” (AMAPA, CONVÊNIO ICMS143/06, 2006, Clausula 7ª).

Quanto ao prazo de entrega, compete a cada estado definir a data ser entregue. O arquivo deverá ser assinado digitalmente de acordo com as Normas da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil pelo contribuinte, por seu representante legal ou por quem a legislação indicar” (AMAPA, CONVÊNIO ICMS 143/06, Cláusula 2ª).

A empresa deverá gerar um arquivo digital informando todos os documentos fiscais e outras informações de interesse dos fiscos federal e estadual, referentes ao período de apuração dos impostos ICMS e IPI. Em regra, a periodicidade de apresentação é mensal (RFB,2015).

2.7.9.1 Bloco K

Publicado no DOU, de 23/10/2014, o Ajuste Sinief 17/2014 que dispôs que a escrituração do Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque, bloco K da EFD, seria obrigatório, a partir de 1º de janeiro de 2016, para os estabelecimentos industriais ou a eles equiparados pela legislação federal e para os estabelecimentos atacadistas, podendo, a critério do Fisco, ser exigida de estabelecimento de contribuintes de outros setores. (RFB, 2014).

Contudo com a publicação da DOU de 08/10/2015, o AJUSTE SINIEF nº 08/2015 altera os prazos de entrega que se segue:

Cláusula primeira - Fica alterado o § 7º da cláusula terceira do Ajuste SINIEF nº 02/2009, de 03 de abril de 2009, com a redação que se segue:

"§ 7º - A escrituração do Livro de Registro de Controle da Produção e do Estoque será obrigatória na EFD a partir de:

I - 1º de janeiro de 2016:

a) para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 10 a 32 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) pertencentes a empresa com faturamento anual igual ou superior a R\$ 300.000.000,00;

b) para os estabelecimentos industriais de empresa habilitada ao Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (Recof) ou a outro regime alternativo a este;

II - 1º de janeiro de 2017, para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 10 a 32 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) pertencentes a empresa com faturamento anual igual ou superior a R\$ 78.000.000,00;

III - 1º de janeiro de 2018, para: os demais estabelecimentos industriais; os estabelecimentos atacadistas classificados nos grupos 462 a 469 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e os estabelecimentos equiparados a industrial".

O bloco K do SPED trata-se da digitalização do Livro de Controle de Produção e Estoques, hoje atualizado manualmente com dados das fichas técnicas dos produtos e das perdas ocorridas no processo produtivo, entre outras informações (RFB,2015).

Com isso o fisco passara a ter acesso ao processo produtivo e à movimentação completa de cada item do estoque. Será preciso mencionar, por ordem de produção, todos os itens fabricados e os itens consumidos com as quantidades, e datas. A Receita fará o cruzamento desses dados com os saldos apurados no livro de inventario, entradas e saídas e conseguirá identificar possíveis sonegações.

“Essa exigência será amenizada desde que as empresas disponham das informações de produção e de seu processo produtivo. Isso requer organização. Assim, a empresa ameniza os riscos de falhas e inconsistências nas informações a serem prestadas. Pela nossa experiência até o Fisco sentia-se pouco à vontade no exame do referido livro”, afirma o conselheiro do CFC Osvaldo Rodrigues da Cruz.

2.7.9.2 Obrigatoriedade

O bloco K se destina a prestar informações mensais da produção e respectivo consumo se insumos, e o estoque escriturado, aos estabelecimentos

industriais ou a eles equiparados e pelos atacadistas, conforme o § 4º do art. 63 do Convenio nº 1970:

§ 4º O livro de Registro de Controle de Produção e do Estoque será utilizado pelos estabelecimentos industriais ou a eles equiparados pela legislação federal e pelos atacadistas, podendo, a critério do Fisco, ser exigido de estabelecimento de contribuintes de outros setores, com as adaptações necessárias.

As informações deverão ser prestadas mensalmente, mediante autenticação certificação digital.

2.7.9.3 Detalhamento do bloco K

No leiaute no Ato COTEPE nº 09/2008, foram inseridos os seguintes registros relativo ao Livro de Registro de Produção e Estoque:

Quadro 2: Registros Bloco K

Bloco	Descrição	Registro	Nível	Ocorrência	Obrigatoriedade do registro (Todos os contribuintes)
0	Consumo Especifico Padronizado	210	3	1:N	OC
Bloco	Descrição	Registro	Nível	Ocorrência	Obrigatoriedade do registro (Todos os contribuintes)
K	Abertura do Bloco K	K001	1	1	O
K	Período de apuração do ICMS/IPI	K100	2	V	OC
K	Estoque Escriturado	K200	3	1:N	OC
K	Outras Movimentas Internas entre Mercadorias	K220	3	1:N	OC
K	Itens Produzidos	K230	3	1:N	OC
K	Insumos Consumidos	K235	4	1:N	OC
K	Industrialização efetuada por Terceiros - Itens Produzidos	K250	3	1:N	OC
K	Industrialização em Terceiros - Insumos Consumidos	K255	4	1:N	OC
K	Encerramento do Bloco K	K990	1	1	O

Fonte: http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/sped-fiscal/download/GUIA_PRATICO_EFD_Versao2.0.16.pdf

Quadro 3: Registros do Bloco K detalhados

Registro	Descrição	Observações
----------	-----------	-------------

K001	Abertura Bloco K	Abertura do bloco indicando se tem movimento ou não
K100	Período de Apuração ICMS/IPI	Específica os períodos de apuração que devem ser considerados na geração dos registros K200.
K200	Estoque Escriturado	Demonstra o saldo em estoque dos itens na data final de cada período de apuração gerado nos registros K100.
K220	Outras Movimentações Internas entre Mercadorias	Identifica a transferência de saldo de um item para outro item.
K230	Itens Produzidos	Demonstra as ordens de produção.
K235	Insumos Consumidos	Demonstra os materiais consumidos pelas ordens de produção.
K250	Industrialização Efetuada por Terceiros: Itens Produzidos	Demonstra os itens produzidos por terceiros.
K255	Industrialização Efetuada por terceiros: Insumos Consumidos	Demonstra os materiais consumidos na produção de itens por terceiros.
K990	Encerramento do Bloco K	Registro de encerramento com total de linhas do bloco.

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Como explica Leão (2015), assim como os demais blocos da EFD, o Bloco K é composto por diversos registros, sendo que alguns merecem destaque.

- Registro 0200: tabela de identificação do item

Apresenta o cadastro de todos os produtos e serviços da empresa, incluindo produtos acabados, semiacabados, matérias primas, embalagens, subprodutos, entre outros.

- Registro 0210: consumo específico padronizado

O Registro 0210 deve ser apresentado, caso exista produção e/ou consumo nos Registros K230/K235 (Itens produzidos) e K250/K255 (Industrialização efetuada por terceiros).

Deve ser informado o consumo específico padronizado e a perda normal percentual de um insumo/componente para se produzir uma unidade de produto resultante, segundo as técnicas de produção de sua atividade, referentes aos produtos que foram fabricados pelo próprio estabelecimento ou por terceiro.

Este Registro somente deve existir quando o conteúdo do Campo "7 - TIPO_ITEM" do Registro 0200 for igual a "03 (produto em processo)" ou "04 (produto acabado)". (RFB, 2015)

- Registro K200: estoque escriturado

Apresenta o saldo em estoque no final do período de apuração, que equivale ao último dia do mês, por produto, separando produtos de propriedade da empresa em seu poder, produto de propriedade da empresa em poder de terceiros, e produtos de propriedade de terceiros em poder da sua empresa.

- Registro K220: movimentações internas entre mercadorias

Apresenta todas as movimentações internas entre mercadorias no período que não se enquadram nas movimentações de produção efetuada pela empresa (K230), movimentações de consumo de material na produção efetuada pela empresa (K235), movimentações de produção efetuada por terceiros (K250), movimentações de consumo de material na produção efetuada por terceiros (K255).

- Registro K230: itens produzidos

Apresenta toda a produção efetuada pela empresa no período, incluindo a informação da ordem de produção, produto da ordem de produção, e quantidade produzida.

- Registro K235: insumos consumidos

Apresenta todos os insumos requisitados para a fabricação dos itens produzidos informados no K230, incluindo a quantidade requisitada de cada material.

- Registro K250: industrialização efetuada por terceiros – itens produzidos

Apresenta toda a produção efetuada por terceiros no período, incluindo a informação do produto e quantidade produzida.

- Registro K255: industrialização em terceiros – insumos consumidos

Apresenta todos os insumos consumidos para a fabricação dos itens produzidos informados no K250, incluindo a quantidade consumida de cada material.

2.7.9.4 Riscos

Conforme o site WK Sistemas, o fornecimento das informações sobre a produção e estoques pode oferecer informações sigilosas, o que exige atenção. Tal receio fica evidenciado, através da lista técnica padronizada, no qual deverão ser informados o consumo específico padronizado e a perda normal para se produzir uma unidade de produto.

O mesmo site aponta que a abertura de segredos de produção é um receio que procede, pois o nível das informações permite inferir detalhes de determinados processos produtivos, logística etc. Entretanto o fisco está baseado na teórica ideia de que as informações serão mantidas em sigilo e serão utilizadas exclusivamente para fins de auditoria fiscal e/ou para prestação de informações econômicas ao governo para fins de formação de políticas públicas.

Conforme Leão (2015), o Fisco terá controle total sobre a produção e apuração do estoque das empresas. Para isso com a implantação do Bloco K, a cada mês, e para cada produto da sua empresa, a equação $\text{Estoque final} = (\text{Estoque inicial}) + (\text{Entradas por Documentos Fiscais}) + (\text{Produção Própria K230}) + (\text{Produção em Terceiros K250}) + (\text{Movimentação interna K220}) - (\text{Saídas por Documentos Fiscais}) - (\text{Consumo na Produção Própria K235}) - (\text{Consumo na Produção em Terceiros K255}) - (\text{Movimentação interna K220})$, deve ser validada.

Leão (2015) completa que todas as informações previstas nesta equação fazem parte do SPED Fiscal ICMS/IPI. Portanto, se fisicamente a empresa fizer qualquer movimentação de estoque, e essa movimentação de estoque não for escriturada no SPED Fiscal ICMS/IPI, o estoque físico do produto não estará alinhado com o estoque informado para o Fisco no SPED Fiscal ICMS/IPI.

2.7.9.5 Impactos

A ITC Consultoria destaca alguns impactos do Bloco K. A primeira delas seria a respeito a movimentações de ajuste de estoque (ditos ajustes de inventario), movimentações de consumo interno de insumos não apropriados a ordens de produção, não serão escriturados no Bloco K. Essas movimentações devem ser escrituradas em outro bloco, emitindo notas fiscais para estas saídas.

Segundo impacto, como a informação sobre os produtos é solicitado ao contribuinte a informação dos coeficientes de utilização dos insumos para o produto produzido, com percentual de perda. Caso durante o processo de produção ocorra perda ou consumo superior ao previsto na estrutura do produto que exceda o percentual de perda, caberá a fiscalização entender o que será razoável ou não.

E por fim, com as informações disponibilizadas o fisco terá condições de ter um controle de estoque em paralelo ao da empresa.

3 ESTUDO DE CASO

O estudo de caso adotado neste trabalho foi realizado em uma indústria cerâmica localizada na região da AMREC, e as informações expostas referem-se aos procedimentos e mudanças sugeridas a esta empresa para a organização do estoque de matéria prima e almoxarifado a fim de atender a implantação do Novo livro de controle de produção e estoque, o Bloco K.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A empresa Y Revestimentos Cerâmicos Ltda é uma empresa familiar, do Lucro Real, com início das atividades em 1986, por empresários da região, ligados a vários ramos industriais como carvão mineral, metalurgia e geração de energia.

Atualmente conta com aproximadamente 70 funcionários, distribuídos na produção, administração e escritório. Composta por dois Sócios na qual um deles é o Diretor.

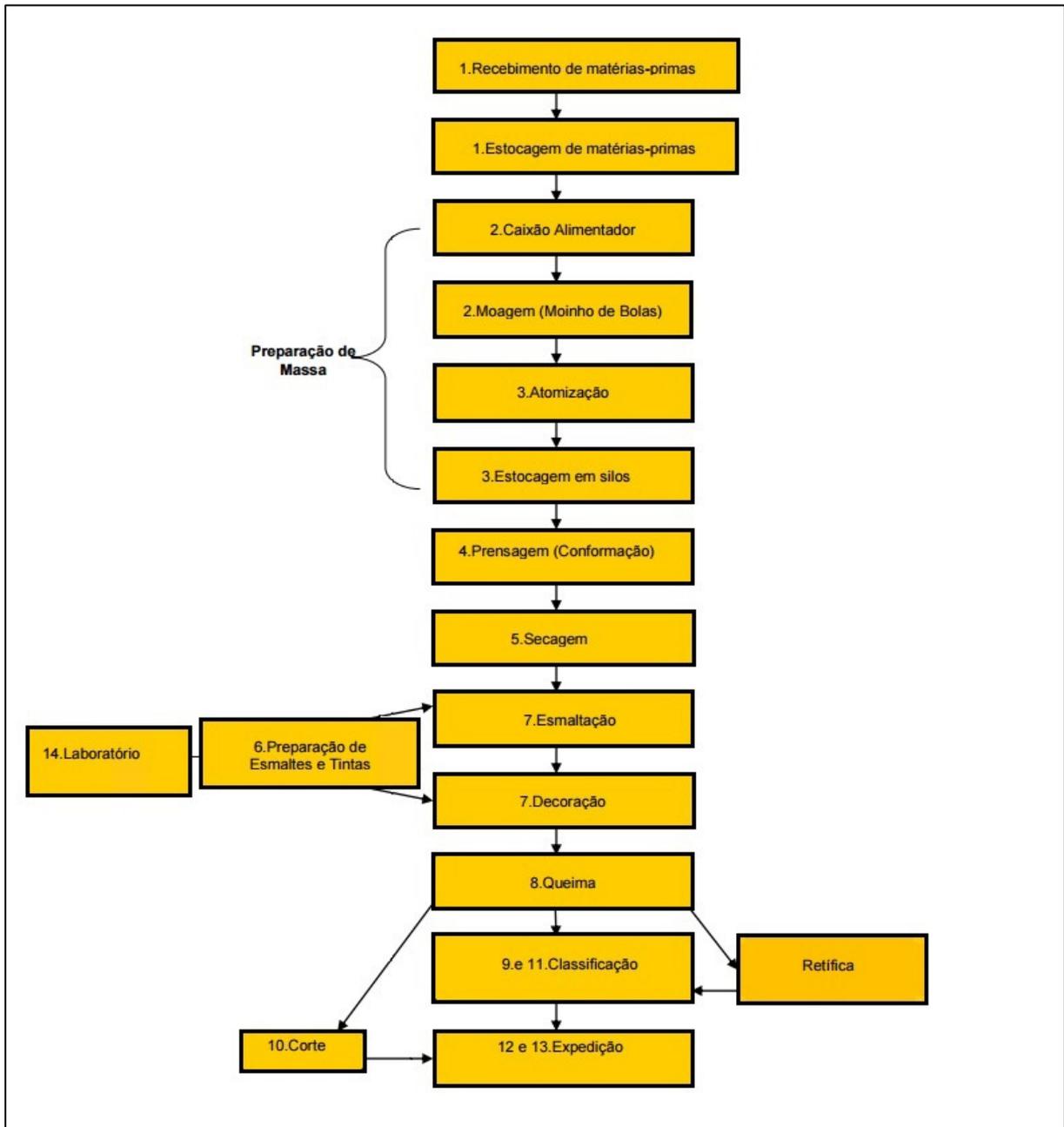
A empresa Y é uma empresa em constante expansão, especializada na produção e comercialização de listelos cerâmicos, peças decorativas diferenciadas e comercialização de tijolos refratários.

Atendendo um mercado altamente exigente em qualidade e beleza, mantendo clientes (revenda e distribuidores) em todos os estados brasileiros e exportando para todos os países do continente americano.

3.1.2 Processo de produção

Na Figura 5 contém um fluxograma da empresa.

Figura 5: Fluxograma da Empresa



Fonte: Elaborado pela autora (2015)

3.1.2.1 Descrição do processo de produção

Recebimento de matérias-primas: Compreende a recepção de matérias-primas e produtos auxiliares a serem utilizados no processo industrial.

As Matérias-primas de massa: Constituídas a base de argilas, argilitos e outros, assim classificadas em função de sua composição mineralógica e granulométrica, que apresentam consumo diário e importantes na formulação dos produtos cerâmicos, são armazenadas em um conjunto de boxes para entrarem no processo de formulação dos produtos cerâmicos.

As Matérias-primas de esmaltes e tintas: São constituídos de compostos inorgânicos, a base de sílicas, engobes, óxidos metálicos, fritas, caulins, sais, água e outros.

Preparação da massa: Objetiva formular a massa que irá compor a peça do revestimento cerâmico. Este processo é realizado em moinhos de bolas, onde a matéria-prima, argila, sofre a adição de água para manter os sólidos na suspensão líquida. De acordo com o tipo de argila, previamente classificada, o tempo de moagem varia de 5,0 a 7,0 horas.

Atomização: O processo nesta etapa objetiva retirar a umidade da barbotina (massa úmida), através de atomização, produzindo uma massa de baixa granulometria, na forma de pó. Após a retirada da massa seca do atomizador através de esteiras rolantes, a massa será transportada para um conjunto de oito (8) silos de armazenamento.

Prensagem: A massa atomizada é transportada dos silos de armazenamento do atomizador, para um conjunto de quatro (4) prensas hidráulicas e/ou pneumáticas de acionamento elétrico. As prensas fazem a modelagem e dimensionamento das peças de revestimentos cerâmicos, de acordo com o pedido dos clientes.

Secagem: Na sequência as peças são conduzidas pelas esteiras rolantes e contínuas para um dos dois secadores existentes que terão a função de retirar a umidade residual das peças. Sob uma temperatura de aproximadamente 250° C.

Preparação do esmalte e tintas: Objetiva formular o esmalte de fundo e de acabamento que irá cobrir a superfície do revestimento cerâmico. A finalidade desta etapa é de preparar o esmalte, tinta, engobe de acordo com a formulação existente.

Após a formulação do esmalte, ou tinta, o mesmo é enviado para a linha de esmaltação.

Esmaltação e decoração: Após a secagem as peças de revestimento seguem através de esteiras rolantes para a linha de esmaltação, recebendo primeiramente a aplicação de fundo, denominado de engobe e na sequência, recebem uma película mais espessa de esmalte, que contém sílica e metais fundentes para na etapa posterior, sofrerem o processo de queima.

Em janeiro de 2013 foi adquirido pela empresa Máquina Serigráfica Digital, modificando uma linha de Produção da empresa.

Esta máquina funciona como uma impressora gigante, imprimindo o desenho da peça cerâmica no produto, tem uma maior produtividade, com qualidade.

Possui uma vantagem ambiental grande por gerar pouquíssimo resíduo no processo de impressão, e não gerar efluente, além de diminuir o desperdício, pois sua tecnologia inovadora reduz a quantidade de defeitos na decoração do produto, além da maior produtividade.

Queima: Após esmaltados, os revestimentos cerâmicos, através de esteiras rolantes, entram em uma das linhas dos três fornos mono canais contínuos (sistema de rolamentos), 1.135 a 1155° C, as peças sofrem o processo de queima e fundência do vidrado na superfície, durante um tempo de 30 a 80 minutos, dependendo do tipo de produto.

Classificação e embalagem: Na saída da linha do forno de queima, um sistema de classificação manual, verifica a qualidade dos revestimentos, classificando-os em alguns grupos de acordo com a bitola do revestimento e quanto a apresentação de imperfeições dos produtos. O material cerâmico é embalado em caixas de papelão e após são depositadas em pilhas sobre estrados de madeira denominados “palets”. Alguns tipos de produtos sofrem o processo de corte para montagem de mosaicos.

Corte: Neste setor ocorre o corte das peças conforme ficha técnica dos produtos para montar mosaicos, ou corte de peças, através de duas máquinas de corte a disco.

Retífica: A parte de retífica da empresa é realizada por terceiros.

Expedição: Com o auxílio da máquina empilhadeira, os palets de revestimentos cerâmicos serão carregados em caminhões, para abastecerem vários países, cidades, estados por transporte rodoviário, ou exportado, através de portos, por transporte naval.

Laboratório: A empresa tem um laboratório para desenvolvimento de novos produtos, e análises de matéria-prima de massa. O laboratório desenvolve novos produtos, e realiza testes de perda ao fogo, umidade, plasticidade e teor de matéria orgânica.

3.1.3 Controle de estoque

A empresa Y possui três tipos de estoque, classificados em Produtos Acabados, Matéria Prima e Almojarifado. Como objeto de estudo, irei explicar sobre Matéria Prima e Almojarifado.

O estoque esta dividido em sete grupos: 101, 102, 103, 104, 105, 129, 156. Onde o grupo 101 é estoque de Pó Atomizado, o grupo 102 Embalagens, 103 Esmaltes, 104 Almojarifado, 105 Corantes e 129 Cristal.

Exceto o estoque de Almojarifado, que é feito a baixa no último dia do mês, os demais são feitos baixas diárias, porem todos com requisições manuais.

Cada funcionário responsável pelo setor faz as requisições manuais em papel e é levado até o almojarifado para cadastro da requisição no sistema para posterior liberação do material solicitado.

Muitos produtos do estoque de almojarifado apresentam cadastros de produtos em duplicidade.

O consumo de Pó atomizado é feito rateio por todos os produtos produzidos no período, não sendo seguidas as quantidades descritas na ficha técnica de cada produto.

As Embalagens são baixadas conforme as quantidades descritas no faturamento do mês.

A empresa também envia algumas peças para retifica, porem não tem estoque de produção de terceiros, considerando-os produtos acabados assim que enviados para retífica.

3.1.4 Sugestões à empresa

Com a inclusão do Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque no Sped Fiscal, o governo terá acesso ao processo produtivo e a movimentação completa de cada item de estoque, possibilitando o cruzamento quantitativo dos saldos apurados eletronicamente pelo Sped com os informados pelas indústrias, através do livro de inventário.

O Bloco K é uma obrigatoriedade que vem substituir o antigo Livro Registro de Controle de Produção e Estoque (RCPE) – modelo P3, porém de forma totalmente eletrônica, possibilitando o cruzamento de dados pela Receita com outras obrigações acessórias entregues atualmente ao Fisco.

Sabemos que para cumprir a nova exigência imposta pelo Fisco é necessário um enorme realinhamento interno, tanto no que diz respeito a mudanças de cultura, como também apoio da engenharia, produção, controladoria, recursos humanos e tecnologia de informação.

Para atender ao Bloco K a empresa terá que demonstrar a fórmula de seu produto (ficha técnica), o quanto consumiu para produzir, a quebra estimada e todas essas informações serão comparadas entre o estoque inicial, consumo/produção e estoque final que também deverão ser informados.

Apesar de a empresa objeto de estudo enquadrar-se no prazo de início em 2018, sugiro que sejam feitas algumas mudanças no processo de controle de estoque de matéria prima e almoxarifado, a fim de cumprir com as exigências do fisco e evitar possíveis multas e visar à diminuição de desperdícios de recursos.

Quadro 4: Sugestões para empresa

Setor/Área	Sugestão
Cadastro de Produtos	<ul style="list-style-type: none"> * Revisão dos produtos, exclusão de cadastros em duplicidade; * Codificar corretamente – NCM, Unidade de medida.
Sistema de Informação	<ul style="list-style-type: none"> * Atualizar a parametrização; * Incluir todos os processos da empresa em sistema; * Implantar computadores com sistema no setor de produção.
Estoque de terceiros/ industrialização	<ul style="list-style-type: none"> * Cadastrar estoque de terceiros; * Manter controle informatizado em sistema.

Almoxarifado	* Efetuar baixas das requisições diariamente; * Implantar requisições informatizadas em sistema.
Matéria prima	* Consumo conforme ficha técnica; * Implantar requisições informatizadas em sistema; * Controle de perdas de insumos e quebras de produtos acabados.
Estoque em Geral	* Refazer contagem de todos os estoques e ajustar com que esta escriturado na contabilidade.

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Outros equívocos que podem ocorrer e gerar uma exposição desnecessária a empresa pós-bloco K:

- Entrada de nota com unidade de medida não coerente com unidade de medida do estoque;
- Lançar após o fechamento de uma Ordem de Produção, movimentações de insumo;
- Utilizar um insumo e o previsto era utilizar na produção de outro;
- Deixar ordens de produção aberto indefinidamente;
- Entre outros.

Não se sabe como a Receita Federal vai se comportar a respeito das perdas, porém especula-se que será permitido 10%, a fim de resguardar o “sigilo de produção”, e acima desse percentual seria necessário um laudo que explique os motivos da perda.

Vale ressaltar que são somente sugestões de melhoria do processo de estoque e produção para a exigência do Bloco K, que ainda não foram colocadas em prática na empresa apresentada, mas cabe a contabilidade juntamente com equipe de produção e ERP analisar os processos e procedimentos que estão sendo realizados e propor procedimentos que sejam coerentes para evitar exposições desnecessárias.

4 METODOLOGIA

Segundo Andrade (2005, p. 119) pesquisa é o “conjunto de procedimentos sistemáticos, baseado no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos”.

Conforme cita Gil (1999, p. 26), “para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações e técnicas que possibilitam sua verificação, ou, em outras palavras, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento”.

Neste trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica a fim de analisar os impactos ocorridos no processo de implantação do novo controle de produção e estoque, Bloco K.

Grande parte do trabalho foi fundamentada no Site da Receita Federal do Brasil, no Guia Prático da Escrituração Fiscal Digital - EFD, além das devidas legislações que o acompanham.

Conforme Martins (2008, p. 86) “a pesquisa bibliográfica é o ponto de partida de toda pesquisa, levantamento de informações feito a partir de material coletado em livros, revistas artigos jornais, sites da internet e em outras fontes escritas devidamente publicadas”

A metodologia da pesquisa aplicada foi baseada em um estudo quantitativa, aplicada a objetivos descritivos.

Quanto às estratégias de pesquisa será utilizado o estudo de caso fundamentado em dados levantados in loco junto à empresa. Com isto, é possível verificar detalhadamente os impactos que a implantação do Bloco K terá nas empresas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade exerce um papel fundamenta no mercado. Sua evolução ocorreu de acordo com a necessidade humana de adaptar-se às condições da época. E a tecnologia andando cada vez mais junto a contabilidade, tornando-as mais preparadas para as mudanças que ocorrem no mundo da informação. Tal tecnologia chegou a União tornando-o mais próximo do contribuinte por meio do Sistema Público da Escritural Digital. Esse com o intuito de unificar as obrigações enviadas para os órgãos públicos, e substituir as informações enviadas e registradas em papel por dados eletrônicos. Além da complexidade das informações o SPED trouxe mais transparência das empresas ao fisco, o cruzamento com outras fontes de informação tornou maior a fiscalização e assim minimizando as formas de sonegação fiscal.

A abertura para o Fisco do processo produtivo das indústrias por meio do Bloco K – Controle da Produção e do Estoque, além de causar insegurança para o empresário, adiciona mais um bloco de informações ao já complexo no trabalho de entrega das obrigações fiscais em arquivos digitais.

Com a inclusão do Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque no Sped Fiscal, o Fisco terá acesso ao processo produtivo e a movimentação completa de cada item de estoque, possibilitando o cruzamento quantitativo dos saldos apurados eletronicamente pelo Sped com os informados pelas indústrias, através do inventário.

Contudo, por se tratar de um assunto novo e atendendo a todas estas necessidades do fisco, o Bloco K surge aos olhos do contribuinte como uma obrigação complexa.

Este trabalho visou observar alguns pontos iniciais que devem estar de acordo com a exigência do Bloco K, e sugerir mudanças no processo para adequar à empresa e evitar eventuais diferenças entre os saldos que se não justificadas, poderão configurar sonegação fiscal.

Como o processo de implantação gerará grandes impactos, as empresas necessitam adequar-se, para não prestarem informações erradas e que possam gerar desconfiança do processo produtivo e de estoque por parte do fisco.

Assim, torna-se de suma importância realçar o valor do Contador neste momento de transformação de cultura das empresas diante desta complexa alteração na legislação fiscal, uma vez que o mesmo dispõe de capacidade para atuar com a nova sistemática, e experiência com os processos contábeis e fiscais necessários à escrituração digital.

REFERÊNCIAS

- LUDICIBUS, Sergio; MARION, Jose Carlos. **Introdução a teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2000.
- SÁ, Antônio Lopes de. **Evolução da contabilidade**. São Paulo: Thomson, 2006.
- LUDICIBUS, Sergio. **Teoria da Contabilidade**. 2010.
- NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tiburcio. **Teoria da Contabilidade**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- MOSCOVE, Stephen A.; SIMKIN, Mark G. **Sistema de informações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2002.
- PADOVEZE, Clóvis Luís.; **Manual de contabilidade básica: uma introdução à prática contábil: texto e exercício**. 5. Ed São Paulo: Atlas, 2004.
- OLIVEIRA, Edson. **Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica**. Contabilidade Informatizada. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v18nspe/a03v18sp.pdf>> Acesso em 18 de Agosto de 2015.
- LAFFIN, Marcos. **De contador a professor: a trajetória da docência no ensino superior de contabilidade**. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2005.
- GUERRA, Luciano. **A nova contabilidade: convergência ao padrão internacional**. São Paulo: Atlas, 2013.
- Disponível em <<http://www2.masterdirect.com.br/448892/index.asp?opcao=7&cliente=448892&avulsa=5566>> Acesso em 20 de Agosto de 2015.
- Disponível em <<http://www.crcpr.org.br/new/content/publicacao/revista/revista132/globalizacao.htm>> Acesso em 25 de Agosto de 2015.
- Disponível em <[file:///C:/Users/Usuario/Downloads/117-470-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/117-470-1-PB%20(2).pdf) (artigo)> Acesso em 08 de Setembro de 2015.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. Curso Básico de Contabilidade – **Resumo da teoria atendendo as novas demandas de gestão empresarial** – Exercícios e Questões com Respostas - 7 ed - Atualizada conforme as Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, CPC e IFRS. São Paulo: Atlas, 2013.
- Disponível em

<<http://sijut2.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?&visao=original&idAto=16044>> Acesso em 10 de Setembro de 2015.

Disponível em

<http://www.sefaz.go.gov.br/portal_nota_fiscal/projeto_conceitual_do_sistema.pdf>

Acesso em 14 de Setembro de 2015.

Disponível em

<<http://www.nomus.com.br/blog-industrial/2015/06/bloco-k-do-sped-fiscal-entenda-o-que-e-para-que-serve/>> Acesso em 17 de Setembro de 2015.

Disponível em

<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/sped-fiscal/download/GUIA_PRATICO_EFD_Versao2.0.16.pdf> Acesso em 22 de Setembro de 2015.

Disponível em

<<http://www.decisionit.com.br/?sped-na-pratica=fim-antecipado-rtt-ja-esta-decido>>

Acesso em 06 de Outubro de 2015.

Disponível em

<http://www.esocial.gov.br/doc/PerguntaseRespostas_versao_2_final.pdf> Acesso em 19 de Outubro de 2015.

ANEXO(S)

ANEXO A – Ficha técnica.

Cadastro de Fichas Técnicas - Empresa Ativa: G01

Consulta

Produto: GLR LISTELO

Revisão: 1 Data Revisão: 06/05/2009

Quantidade Base: 1,00 Situação: A Ativo

PEI: Punção Inferior: Punção Superior:

1 - Componentes 2 - Equipamentos 3 - Funções 4 - Processos 5 - Observação

Componente	Quantidade	Valor Última Entrada	Descrição Componente	Total	% Perda	Posição	Unidade	Setor	Descrição Setor	Percentual
101312	0,025000	3,25	GRANILHAS RT-126/185 - ESMALGLASS	0,08	0,000		KG			2,5
110297	0,000460	0,00	MASSA ATOMIZADA MONOPOROSA ESTOQUE GABRIELA	0,00	0,000	0	TON	0		0,046
300003	0,001200	5,89	TCG 381	0,01	0,000	0	KG	0		0,12
300055	0,000520	7,35	TCG 379	0,00	0,000	0	KG	0		0,052
300446	0,002000	1,03	ENGOBE DE MORATURA	0,00	0,000	0	KG	0		0,2
300490	0,013000	2,06	EG LISTELO ELITE	0,03	0,000	0	KG	0		1,3
300506	0,000200	5,68	TCG 545	0,00	0,000	0	KG	0		0,02
300508	0,000200	26,24	TCG 551	0,01	0,000	0	KG	0		0,02
300524	0,003000	1,43	COLA ARTECOLA V 3710 (COLAR AMOSTRAS)	0,00	0,000	0	BD	0		0,3
300527	0,010000	0,73	ENGOBE MONOPOROSA	0,01	0,000	0	KG	0		1

Total Percentual: 5,56 Total Quantidade: 0,06 Total: 0,14 Total Geral: 0,14

Cancelar Excluir Eechar

Cadastro de Fichas Técnicas - Empresa Ativa: G01

Consulta

Produto: RODAPE

Revisão: 1 Data Revisão: 19/03/2013

Quantidade Base: 1,00 Situação: A Ativo

PEI: Punção Inferior: Punção Superior:

1 - Componentes 2 - Equipamentos 3 - Funções 4 - Processos 5 - Observação

Componente	Quantidade	Valor Última Entrada	Descrição Componente	Total	% Perda	Posição	Unidade	Setor	Descrição Setor	Percentual
101988	0,000013	132,34	CIK-MEG6112- NE 6153 CORANTE PRETO (MAQUINA DI	0,00	0,000		KG			0,0013
101989	0,000009	117,14	CIK-MAS115-CORANTE ESMALGLASS MARON (MAQUINA DI	0,00	0,000		KG			0,0009
102085	0,000012	105,16	CIK-AZ1111 -AZUL ESMALGLASS(MAQUINA DIGITAL)	0,00	0,000		KG			0,0012
102587	0,000039	104,80	CIK-RO 4118 CORANTE ESMALGLASS ROSA (MAQUINA D	0,00	0,000		KG			0,0039
102857	0,000125	93,51	CIK-AMS118 CORANTE ESMALGLASS AMARELOX MAQUIN	0,01	0,000		KG			0,0125
110297	0,000561	0,00	MASSA ATOMIZADA MONOPOROSA ESTOQUE GABRIELA	0,00	0,000	0	TON	0		0,0561
300398	0,018888	1,53	ESMALTE BRILHANTE MONOPOROSA	0,03	0,000	0	KG	0		1,8888
300446	0,005000	1,03	ENGOBE DE MORATURA	0,01	0,000	0	KG	0		0,5
300527	0,015555	0,73	ENGOBE MONOPOROSA	0,01	0,000	0	KG	0		1,5555

Total Percentual: 4,02 Total Quantidade: 0,04 Total: 0,07 Total Geral: 0,07

ANEXO B – Requisição de material Matéria prima e Almoxarifado

<div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 30px; display: inline-block;"></div> RE - REQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇO Nº 31783					Data	
					27	10
CÓD. SETOR	NOME DO SETOR				<input checked="" type="checkbox"/> Produtos <input type="checkbox"/> Serviços	
30649	Almoxarifado					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	CONTA CONTABIL.	UNIT.	QUANT.	PREVISÃO DE ENTREGA / TÉRMINO	
104348	balcão de escritório	31585	Kg	2400		

Solicitado por Wilton R. Sousa
Autorizado por _____

<div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 30px; display: inline-block;"></div> RE - REQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇO Nº 31782					Data	
					27	10
CÓD. SETOR	NOME DO SETOR				<input checked="" type="checkbox"/> Produtos <input type="checkbox"/> Serviços	
29181	Almoxarifado					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	CONTA CONTABIL.	UNIT.	QUANT.	PREVISÃO DE ENTREGA / TÉRMINO	
191316	Produto tipo cordão 3m	30767	un	01		

Solicitado por Wilton R. Sousa
Autorizado por _____